

Servidores de MT aderem à paralisação nacional

Acúmulo de serviços, estrutura predial em péssimas condições e Plano de Cargos, Carreiras e Salários defasado em 200%. Esta é a situação enfrentada pelos servidores das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE) em todo o Brasil, inclusive Mato Grosso, que decidiram paralisar as atividades durante 24 horas na segunda-feira (27).

(Página 4)

Mensagem do presidente

Da herança passada fica a solidariedade

(Página 3)



Foto: Divulgação

Sindsep-MT participa de encontro de Comunicação da CUT-MT



O presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT), Carlos Alberto de Almeida, participou junto com diretores Eliete Domingos da Costa e Marinézio Soares, do Encontro de Comunicação da Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso (CUT-MT). (Página 2)

Correio Braziliense

Ministros divergem sobre o desconto de um dia de salário dos servidores

A cobrança do imposto sindical dos servidores públicos federais está no centro de uma disputa ideológica que divide sindicatos e coloca em lados opostos integrantes do primeiro escalão do governo. Baixada

em setembro do ano passado pelo Ministério do Trabalho, a instrução normativa (1) que determina o recolhimento da contribuição referente a um dia de serviço ainda não teve efeito prático. (Página 3)

Dnit: Maioria rejeita proposta do governo e Condsef vai ao Planejamento defender categoria

(Página 3)

Inkra: Condsef apresenta ao Planejamento proposta de reestruturação de tabela salarial

A Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) foi ao Ministério do Planejamento, acompanhada de representantes dos servidores do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), onde apresentou uma proposta de reestruturação de tabela salarial para o setor. (Página 3)

Deputado Valtenir participa de paralisação



O Deputado Federal, Valtenir Pereira, mais uma vez participou das ações do Sindsep-MT. Na segunda-feira, 27 de julho, ele esteve com os 65 servidores da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE). (Página 4)

Demonstração do Resultado SIND. DOS SERV. PÚBLICOS FEDERAIS DE MT - Período: 30/06/2009

(Página 2)

Sindsep-MT participa de encontro de Comunicação da CUT-MT

O presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT), Carlos Alberto de Almeida, participou junto com diretores Eliete Domingos da Costa e Marinézio Soares, do Encontro de Comunicação da Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso (CUT-MT). O objetivo foi discutir propostas concretas que contribuam para consolidação de políticas públicas de comunicação no Brasil e promovam a formação de uma rede verticalizada entre os sindicatos cutistas.

O evento da CUT-MT antecedeu o V Encontro



Nacional de Comunicação (ENACOM) que aconteceu em São Paulo entre os dias

15 e 17 de julho. No sábado, 11 de julho, os palestrantes Regina Deliberai e

Geremias dos Santos falaram da democratização dos meios de comunicação e

das rádios comunitárias e livres. Nesse encontro a Executiva da CUT-MT também debateu outros temas, como planejar as ações, definir as prioridades e elaborar projetos.

“É muito importante que haja essa discussão sobre a comunicação no momento em que o Supremo Tribunal Federal não reconheceu o diploma de jornalista. A decisão dos ministros, junto com as explanações do presidente Gilmar Mendes, mostrou insensatez, tendo em vista que o mercado de trabalho exige mais qualificação e que os jornalistas, que são formadores de opinião, não podem ficar para trás em seus conhe-

cimentos”, disse Carlos Alberto de Almeida.

Participação do Sindsep-MT

No dia 29 de maio, o Sindsep-MT garantiu a participação na CUT-MT, ocupando duas secretarias da Executiva, dois cargos de diretoria e também o Conselho Fiscal. O presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida, é o novo secretário de organização de política sindical. Além dele, Eliete Domingos da Costa ocupa o cargo na Secretaria da Mulher Trabalhadora. Na diretoria estadual estão Marinézio Soares de Magalhães e Damásio de Sousa Pereira. No Conselho Fiscal, Enildo Gomes foi o eleito.

Demonstração do Resultado SIND. DOS SERV. PÚBLICOS FEDERAIS DE MT

33.710.088/0001-94
Período: 30/06/2009

Receitas Brutas de vendas e/ou serviços

RECEITAS

MIN PLANEJAMENTO	237,24	
EXERCITO	4.089,65	
MIN EDUCACÃO (MEC)	15,05	
MIN AGRICULTURA	3.639,98	
MIN FAZENDA	3.079,36	
MIN JUSTIÇA	30,26	
POLICIA FEDERAL	26,86	
MIN AERONÁUTICA	26,84	
MPAS/SAS	216,75	
MIN SAUDE	241,90	
MINISTÉRIO DO TRABALHO	967,08	
CEFET/MT	26,55	
UFMT	182,88	
FUNAI	7.214,52	
M M E	91,53	
D N P M	35,26	
FUNASA	19.605,58	
A N V S	43,56	
D N I T	803,58	
AGU	217,00	
IBAMA	673,73	
MIN COMUNICAÇÕES	429,03	
INCRA	6.614,23	
MIN TRANSPORTES	3.874,25	
I N S S	999,75	
MIN MARINHA	151,81	
CONAB	7.918,00	
D P R F	83,51	
CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS	199,61	61.735,35

(=) Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços

(=) Superávit Bruto 61.735,35

(-) Despesas Operacionais

DESPESAS TRABALHISTA

SALÁRIOS	4.016,95	
ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	66,50	
FÉRIAS + 1/3	5.576,32	
13º SALÁRIO	373,52	
FGTS	464,74	
INSS	2.013,79	
VALE TRANSPORTE	451,00	
ASSISTÊNCIA MÉDICA	247,31	
AJUDA ALIMENTAÇÃO	500,00	
AJUDA DE CUSTO PRESIDENTE	5.912,01	
AJUDA DE CUSTO DIRETORES	1.200,00	

MARIA DE JESUS DA SILVA
CONTABILISTA
C.R.C. : MT-009536-O-4 / C.P.F. : 766.765.601-00

GRATIFICAÇÃO COMISSONADA

ANUENIO 1.700,00 22.547,96

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

TELEFONIA E TELECOMUNICAÇÕES	2.568,84	
HONORÁRIOS CONTÁBEIS	2.500,00	
PROVEDOR DE ACESSO A INTERNET	59,95	
DESPESAS COM CARTÓRIO	46,20	
MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	317,89	
LANCHES E REFEIÇÕES	141,00	
DESPESA C/ COMBUSTÍVEL	294,62	
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	730,00	
DESPESA C/ ESTACIONAMENTO	2,00	
MATERIAIS DE INFORMÁTICA	402,90	
CORREIOS E POSTAGENS	860,00	
CÓPIAS E REPRODUÇÕES	6,00	
VIAGENS E ESTADIAS	3.377,41	
MANUTENÇÃO E SUPORTE DE SOFTWARES	200,00	
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	4.200,00	
PAGTOS GESTÃO ANTERIOR	348,57	
KENTEL PLUS ALARME	195,00	
CONDSEF	750,00	
MATERIAL DE LIMPEZA E CONSUMO	92,90	
MENSALIDADE COPIADORA	300,00	
MENSALIDADES SOFTWARE NETSPEED	76,30	
JORNAL O COMPROMISSO	1.400,00	
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	1.300,00	
AJUDA DE CUSTO	500,00	
CUT NACIONAL	1.500,00	
DESPESAS MANUTENÇÃO	60,00	
IIº ENCONTRO DA MELHOR IDADE SINDSEP MT	5.735,36	
ORNAMENTAÇÃO DAS FLORES	200,00	
DESPESAS ÓRGÃOS	137,15	28.302,09

DESPESAS FINANCEIRAS

TARIFAS DE MANUTENÇÃO DE CONTA 36,00

SAQUE CONTRA RECIBO 40,00 40,00

DESPESAS TRIBUTÁRIAS

IRRF - IMPOSTO DE RENDA FONTE 25,91 25,91

(=) Superávit Operacional

10.819,39

(=) Superávit antes da Tributação/Participação

10.819,39

(=) Superávit antes da Participação/Contribuição

10.819,39

(=) SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

10.819,39

CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA

PRESIDENTE

R.G. : 474000 SJ/MT / C.P.F. : 349.054.641-53

SIND. DOS SERV. PÚBLICOS FEDERAIS DE MT (0xx65) 3023-9338

Obs.: Prestação de contas do mes de Junho de 2009

EXPEDIENTE

Boletim Informativo do SINDSEP-MT

Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho, nº 82, bairro Poção. CEP: 78 015-630, Cuiabá/MT

Telefones: (65) 3023 6617 / 3023 9338 - e-mail: sindseprmt@gmail.com

Jornalista Responsável: **Thais Raeli** - DRT 26 645/RJ

Tel.: (65) 8126-0123 E-mail: jornalista@gmail.com

Diagramação/Edição de Arte: **Mario Pulcherio Filho** - 9214-8099

DIRETORIA EXECUTIVA: CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA (PRESIDENTE), ROOSEVEL MOTTA (VICE - PRESIDENTE), DAMASIO DE SOUZA PEREIRA (1º SECRETÁRIO), LUIZ MAURO EVANGELISTA (2º SECRETÁRIO), EDSON LUIZ DOS SANTOS (1º TESOUREIRO), IDIO NEMÉSIO DE BARROS NETO (2º TESOUREIRO), ADERBAL CASTRO QUEIROZ (1º SEC. ADM), ADELINO FERREIRA CAMPOS (2º SEC. ADM), MAURÍCIO ALVES RATTACASO JÚNIOR (1º SEC. FORM. SIND), IRACY OLIVEIRA FERREIRA (2º SEC. FORM. SIND), JAMIL OURIVES JÚNIOR (1º SEC. JURÍDICO), AMÉLIA ALVES SANTANA (2º SEC. JURÍDICO), IDEVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA (1º SEC. INTERIOR), ADELIO DA SILVA JÚNIOR (2º SEC. INTERIOR), MARINÉZIO SOARES DE MAGALHÃES (1º SEC. IMPRENSA), ELIETE DOMINGOS DA COSTA (2º SEC. IMPRENSA), IZABEL SANTANA DA SILVA (1º SEC. APÓS. E PENS), ENILDO GOMES (2º SEC. APÓS. E PENS.), EDIVAN DA SILVA CAMPOS (1º SEC. ANIST. E DEMIT.), MANOEL ARNALDO DAS CHAGAS (2º SEC. ANIST. E DEMIT.), ROSINA DE ALMEIDA PAIVA (1º SEC. CULTURA), PATRÍCIO FERREIRA ORTIZ (2º SEC. CULTURA); **SUPLENTE PARA DIRETORIA EXECUTIVA:** SEBASTIÃO DE JESUS (1º), SAMUEL FERNANDES DE SOUZA (2º), FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO (3º), MIRTES BENEDITA RONDON (4º), FRED CEBALHO (5º), DONATO FERREIRA DA SILVA (6º); **CONSELHO FISCAL:** VALDEMAR RODRIGUES SILVA (1º), MANOEL JOÃO DA SILVA (2º), JUÁREZ JUSTINO DE BARROS (3º); **SUPLENTE:** JOÃO GALDINO (1º), ARCILIO DE BARROS FILHO (2º), JOSÉ GONZAGA DE FREITAS (3º)

ARTIGO

Sindsep-MT e a luta dos servidores



• Valtenir Pereira

Há dois anos tenho acompanhado (mais de perto) a luta dos trabalhadores federais por meio do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) e abracei algumas bandeiras. Nesse período, estabeleci um estreito laço com o presidente, Carlos Alberto de Almeida e com outros membros. Esse mês, recebi em meu gabinete a visita do ex-presidente, João de Deus, que me trouxe algumas demandas que quero, nesse momento, destacar.

A primeira delas é me manifestar favorável a aprovação da Convenção 151. Sabe-se que no Congresso Nacional para alguns parlamentares a Convenção 151 tem um sabor amargo, por garantir liberdade e autonomia sindical. Isso assusta os conservadores e autoritários. O desafio para cada um de nós que sabemos a importância da ratificação da convenção 151 é buscar o convencimento dos parlamentares.

A luta começa agora, pois ela sempre se reinicia do lugar de onde paramos. Neste momento o governo federal fez a sua parte, fazemos a nossa com unidade, mobilização e participação para que possamos ser vitoriosos em mais esta etapa da batalha. A luta do serviço público para regulamentar o direito de negociação nos lembra que em cada momento da história brasileira nossa forma de luta se modifica, com atos e estratégias diferentes, mas o que nunca muda é a nossa mobilização. Para os servidores públicos do Brasil a resposta desta constante mobilização é o governo avançando na oferta da qualidade do serviço público.

Outro tema que destaco é a retirada do PLP 92/2007. O PL autoriza o governo a contratar pessoal sob o regime celetista. Entre as áreas de atuação das fundações estão saúde, assistência social, cultura, desporto, ciência e tecnologia, meio ambiente, previdência complementar, comunicação social, turismo e educação. A mobilização dos servidores públicos e demais setores da sociedade organizada é essencial para pressionar os parlamentares a não darem continuidade a uma proposta que fere os interesses da sociedade brasileira, já que entregará a prestação de serviços essenciais a prestadores cujos interesses nem sempre serão compatíveis com os da população. Fala-se para este caso de privatização do serviço público, através da PLP 92.

Com carinho, venho defender os demitidos e anistiados do governo Collor e por eles, concordo com o projeto de Lei 5.030, porque abre espaço para a reabertura de prazo para a concessão de anistia (reintegração) a funcionários públicos da administração direta e indireta, demitidos no governo Collor. Esta retomada irá beneficiar todos aqueles que foram demitidos entre 16 de março de 1990 e 30 de setembro de 1992, e que ainda não foram readmitidos.

Quero também lembrar que são 30 órgãos federais ligados ao Sindsep-MT, numa luta unificada, com diferentes demandas. É um sindicato atento a discussões em âmbito nacional e não se restringe somente seu ciclo de bandeiras. Essa amplitude é um diferencial em qualquer movimento social e, principalmente, porque o sindicato tem a preocupação de qualificar seus filiados na formação política, porque estar bem preparado é ter munição para a batalha.

*Valtenir Pereira é Defensor Público licenciado e Deputado Federal por Mato Grosso

Dnit: Maioria rejeita proposta do governo e Condsef vai ao Planejamento defender categoria

A Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) vai ao Ministério do Planejamento defender a decisão tomada pela maioria dos servidores do Dnit (Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes). Os servidores rejeitaram em massa a proposta apresentada pelo governo no último dia 22.

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) e a categoria continuam defendendo proposta original, já discutida com o governo, construída nos parâmetros da estrutura salarial da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). Apesar de o Planejamento insistir que o processo de negociação está chegando ao

limite, a Condsef e o Sindsep-MT seguem defendendo os interesses dos servidores e espera alcançar um entendimento neste processo de negociação. Em todo o Brasil os servidores do Dnit seguem mobilizados.

Além da reestruturação de tabela salarial, outros itens ainda continuam pendentes como questões envolvendo progressão, corte de ponto, bônus e gratificação de qualificação. A Condsef também vai cobrar resposta para essa lista de pendências. A expectativa é que o diálogo avance na próxima reunião. A categoria deve permanecer atenta a todo o processo. Novas informações vão continuar sendo divulgadas aqui em nossa página na internet.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Da herança passada fica a solidariedade

Nesse mês, uma decisão da Justiça nos surpreendeu com uma previsão de bloqueio judicial em nossas contas no valor superior a R\$ 67 mil. Dívida essa herdada da gestão passada que poderia engessar os trabalhos do Sindicato. Mas, depois de uma surpresa ruim, nos surpreendemos com um lado bom nessa história: a solidariedade.

Em assembleias de base realizadas nos órgãos filiados, vimos que os servidores federais compreenderam esse momento de dificuldade. Levamos para a pauta de reunião a possibilidade de ocorrer desconto extra e tivemos a aprovação da categoria, por unanimidade. Outras assembleias ainda ocorrerão no interior e na Capital. Esse termômetro nos mostrou que estamos no caminho certo e que o Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) não está só nesta luta.

Pensando no apoio que tivemos, achamos um jeito de agradecer. Vamos sortear cinco prêmios para nossos filiados. Serão eletrodomésticos (TV 29", micro-ondas, microsystem e outros) e uma bicicleta. O diferencial, é que se fosse em tempos anteriores, da administração que nos dei-

xou essa dívida de herança, não haveria esse diálogo tão próximo com os trabalhadores.

A categoria, neste momento, está unida e ainda com o aval de conseguirmos, a cada dia, mais filiados. Num momento difícil, no último mês tivemos a adesão de quase 30 novos filiados. Para nós, da diretoria do Sindsep-MT, é com grande satisfação que vamos nessa luta e a solidariedade só nos motiva para seguirmos com nossas bandeiras. Desde que assumimos, em maio de 2007, avançamos muito em nossas conquistas. Junto com entidades de outros Estados, com a Condsef e com a CUT, comemoramos o reajuste de salários, a reintegração dos demitidos e anistiados, participamos de fóruns nacionais, sorrisos e choramos e deixamos nossa marca na mobilização nacional.

Delegados de diversos órgãos sempre vão nos representar em Brasília e também estamos presentes em cinco cadeiras na Central Única dos Trabalhadores (CUT) de Mato Grosso. Marcamos nosso nome em todas as reuniões de Brasília na defesa dos trabalhadores. Não tenho dúvida de que esse sindicato é atuante e de que nossa mensagem se espalha por esses 141 municípios. Mantemos sempre contato com servidores

do interior, através de nosso jornal O Compromisso, através de nosso site, envio de correspondências e visitas no local.

Também realizamos com êxito, cursos de qualificação profissional (como por exemplo, Curso de Metodologia e Planejamento Estratégicos e Oratória) com a presença de especialistas do Rio de Janeiro (da UERJ) e de Brasília e nos comprometemos em trazer os que estão longe. Sempre pensando em todos. Outro orgulho é nosso departamento jurídico, que cada vez mais amplia sua atuação, e comemora inúmeras conquistas em prol do servidor.

Por isso, mesmo em meio às dificuldades, agradeço a todos os trabalhadores nessa luta e não me canso de convidar novas lideranças para se filiarem ao Sindsep-MT.

Muito obrigado.
Atenciosamente,

Carlos Alberto de Almeida
Presidente do Sindsep-MT



Correio Braziliense

Ministros divergem sobre o desconto de um dia de salário dos servidores



A cobrança do imposto sindical dos servidores públicos federais está no centro de uma disputa ideológica que divide sindicatos e coloca em lados opostos integrantes do primeiro escalão do governo. Baixada em setembro do ano passado pelo Ministério do Trabalho, a instrução normativa (1) que determina o recolhimento da contribuição referente a um dia de serviço ainda não teve efeito prático. O Ministério do Planejamento, que é contra o desconto, estuda como o dinheiro arrecadado será distribuído entre as entidades representativas.

Na esfera da União, estima-se que Judiciário, Legislativo e Executivo somem juntos algo em torno de R\$ 80 milhões. No rateio previsto em lei, 60% iriam para os sindicatos, 15% para as federações, 5% para as confederações, 10% para o governo e 10% para as centrais — seguindo a mesma lógica aplicada à iniciativa privada. O imposto sindical é compulsório, cobrado em abril e está na CLT. O ministro do Trabalho,

Carlos Lupi, afirma que os sindicatos ligados ao funcionalismo só não recebem a verba porque não estão legalizados no ministério.

Lupi assinou a medida em 2008 atendendo às pressões de setores que, embora criticados, defendem a cobrança como forma de garantir a sustentabilidade financeira de entidades que não têm outras fontes de financiamento. "A maioria está contribuindo. O problema é que alguns sindicatos não estão legais. Só falta se legalizarem e fazerem a documentação para terem direito ao recursos", diz o ministro. A cobrança, conforme o Ministério do Trabalho, se estende também a estados e municípios.

Nos bastidores, Carlos Lupi é atacado por ministros que têm bom trânsito com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em especial, colaboradores que fizeram carreira ou se identificam com bandeiras históricas levantadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) classificam o imposto como algo "maldito", nocivo à legitimidade e à independência dos sindicatos. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, por exemplo, discordam radicalmente de Lupi. "O problema é que não há unicidade sindical no funcionalismo", resume Antônio Augusto de Queiroz, diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Entidades que representam os servidores federais descartam o patrocínio. A maior parte deve recusar o dinheiro formalmente na Justiça, caso a orientação do Ministério do Trabalho passe a

vigorar. "Somos contrários. Por ser compulsório, o imposto acaba alimentando entidades fantasmas", afirma Roberto Policarpo, coordenador-geral do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal (Sindjus). Os funcionários da Justiça recolheriam cerca de R\$ 10 milhões por ano.

No Legislativo, onde a estimativa chega a R\$ 20 milhões anuais, o discurso é semelhante: "Vivemos bem com o que arrecadamos", justifica Magno Mello, presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e Tribunal de Contas da União (Sindilegis). Entre os servidores do Executivo a indisposição é a mesma. "Temos imposto demais no Brasil, não precisamos de mais um. A categoria deve contribuir voluntariamente. O ministro Lupi está equivocado e apegado ao passado", completa Josemilton Costa, secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef). No Executivo federal o recolhimento seria de R\$ 50 milhões.

Sindsep-MT contra o desconto

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) não concorda que haja esse desconto obrigatório. Segundo o presidente, Carlos Alberto de Almeida, é preciso estimular a contribuição voluntária, tendo em vista que o trabalhador que se filiar a entidade está fazendo porque vê resultados e dessa forma, se evita sustentar sindicatos pelegos que não defendem seus trabalhadores.

Incrá: Condsef apresenta ao Planejamento proposta de reestruturação de tabela salarial

A Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) foi ao Ministério do Planejamento, acompanhada de representantes dos servidores do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), onde apresentou uma proposta de reestruturação de tabela salarial para o setor.

A tabela, baseada nos moldes da carreira do FNDE, propõe a criação de uma Gratificação de Qualificação (GQ) para servidores de nível intermediário e Gratificação de Titulação (GT) para servidores de nível superior. Os gestores do Planejamento receberam a proposta e ouviram as justificativas apresentadas pelos trabalhadores para a reestruturação. A categoria saiu do en-

contro com o compromisso de que uma nova reunião será agendada para que a proposta seja discutida com o secretário de Recursos Humanos, Duvanier Ferreira. O projeto garante também a integralidade da gratificação (GDA-RA) para ativos e aposentados.

Na reunião, a Condsef cobrou ainda solução para um problema reconhecido pelo próprio governo. Em acordo firmado com os servidores do Incra, foi garantido que o trabalhador na ativa poderia levar, ao se aposentar, a média dos últimos 60 meses trabalhados da gratificação da categoria. Ao publicar a lei, fruto do acordo firmado no ano passado, o governo suprimiu esse direito assegurado aos trabalhadores.

Ao reconhecer o erro, o Ministé-

rio do Planejamento garantiu que providências serão tomadas em um projeto de lei que pretende publicar, em breve, no Diário Oficial da União (DOU). O projeto está sendo denominado pelo governo de "projeto das correções" e pretende resolver problemas como este dos servidores do Incra.

A Condsef e o Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) seguem trabalhando para que essas e outras demandas sejam atendidas pelo governo. A categoria deve permanecer atenta e mobilizada. Na próxima reunião, com data a ser confirmada, a Condsef voltará a cobrar essas e outras pendências na pauta de reivindicação dos servidores do Incra. (Fonte: Condsef)

Servidores de MT aderem à paralisação nacional

A cúmulo de serviços, estrutura pre-dial em péssimas condições e Plano de Cargos, Carreiras e Salários defasado em 200%. Esta é a situação enfrentada pelos servidores das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE) em todo o Brasil, inclusive Mato Grosso, que decidiram paralisar as atividades durante 24 horas na segunda-feira (27).

Em Cuiabá, os 65 servidores da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) usaram camisetas do manifesto e nariz de palhaço para demonstrar a indignação com as atuais condições de trabalho. Segundo Maria Rosa Nunes, presidente da Associação dos Servidores da Superintendência Geral do Trabalho, os servidores de Mato Grosso que estão paralisados são da sessão administrativa do órgão e “pedem mudanças na forma de trabalho e remuneração”.

“A sede da SRTE em Cuiabá é praticamente inabitável. As salas são pequenas porque estão divididas com vários seto-



res. As instalações elétrica e de água estão um caos. É impossível trabalhar num local assim. Nosso Plano de Cargos, Carreiras e Salários não é específico

para os servidores e já está defasado em 200%”, afirmou Maria Rosa.

No ano passado, a SRTE em Mato Grosso foi contempla-

da com o prédio da antiga sede do Ministério da Fazenda. Porém, para que os servidores possam ser transferidos, será necessária uma reforma geral. “O

prédio é grande o suficiente para o nosso trabalho, mas sem a reforma não tem como irmos pra lá. A superintendência está trabalhando junto ao Ministério do Planejamento, em Brasília, para receber os recursos, mas ainda não tem previsão”, explicou Maria Rosa Nunes.

Carlos Alberto de Almeida, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos, o Sindsep, também falou sobre as contratações necessárias para atender a demanda do Estado. “O atual efetivo da SRTE, antiga Delegacia Regional do Trabalho, é o mesmo que de 15 anos atrás. Está muito longe do necessário. São apenas 65 servidores para todo o estado de Mato Grosso”, disse.

“A paralisação é para pressionar o governo no que se refere ao Plano de Cargos, Carreiras e Salários e melhores condições de trabalho. A situação do funcionalismo público em geral, e dos servidores da DRT em especial, é de precariedade, com salários baixos e condições ruins de trabalho”, disse Carlos.

Fonte: PnB Online

Deputado Valtenir participa de paralisação



O Deputado Federal, Valtenir Pereira, mais uma vez participou das ações do Sindsep-MT. Na segunda-feira, 27 de julho, ele esteve com os 65 servidores da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) em apoio a paralisação e se colocou a disposição para ser o porta-voz da categoria em Brasília.

Apoio - A presidente Associação dos Servidores da Superintendência Geral do Trabalho, Maria Rosa Nunes, elogiou o apoio dos auditores fiscais. Em nome da categoria, o presidente da associação Maurício Lopes foi solidário ao movimento dos colegas de trabalho.

Trabalhadores federais pedem ao MPF para intervir em sindicato

Indignados com a demora da Justiça Estadual no andamento do processo que dá a posse a Diretoria Eleita do SINDSPREV-MT tendo como Presidente Jorge Frederico (MS) e como Vice-Presidente Sofia Taques (INSS), que foram eleitos no voto e na democracia. Os trabalhadores federais dos órgãos Ministério da Saúde, INSS, FUNASA e Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, protocolaram na sexta-feira (31/07) no Ministério Público Federal em

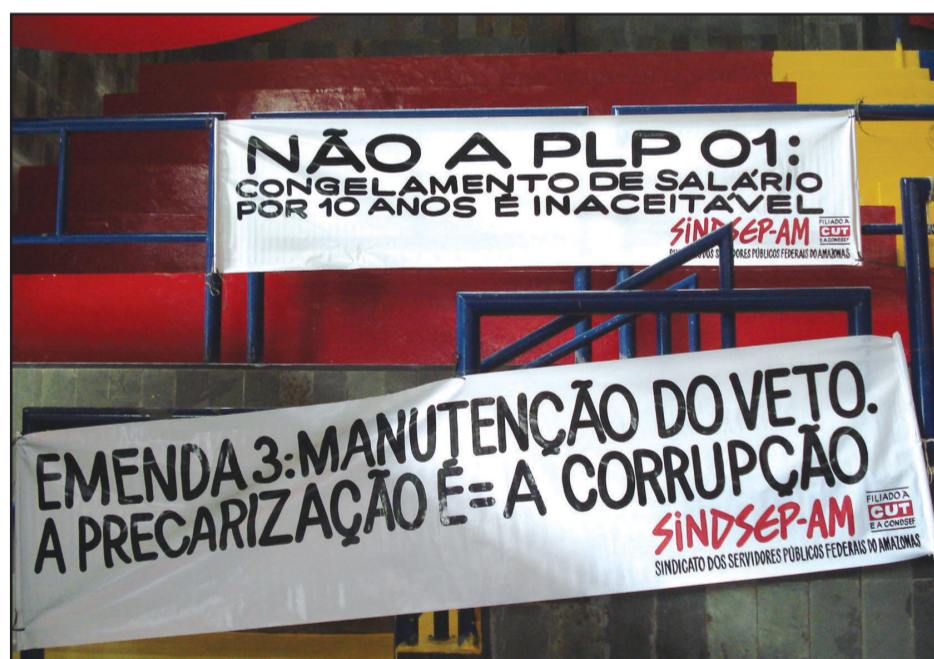
Mato Grosso, documentos onde relatam o que vem ocorrendo com o SINDSPREV-MT, pedem ao MPF que intervenha defendendo a categoria, bloqueando as contas bancárias do sindicato e também pedem uma prestação de contas judicialmente. A revolta é grande, pois as lutas pro-l da categoria estão engessadas, e a Justiça de Estadual de Mato Grosso, já errou em não conceder a liminar para a posse da Diretoria eleita pela categoria.

Fonte: www.sindsprevmt.org

Servidores federais reforçam pressão contra projetos que prejudicam serviço público

Depois que o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, declarou que o governo vai retomar o esforço para aprovar o Projeto de Lei Complementar (PLP) 01 que limita investimentos com pessoal, a Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) convoca suas filiadas em todo o Brasil a ampliar o trabalho de pressão no Congresso Nacional para derrubar esse e outros projetos que ameaçam servidores e o serviço público brasileiro.

Em conversa com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, Paulo Bernardo chegou a dizer que o objetivo é negociar a aprovação do PLP 01 ainda este ano. O Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) já aderiu a convocação da Confederação. Desde o final do recesso parlamentar, no início de agosto, servidores administrativos do Ministério da Agricultura retomaram trabalho de pressão. Mais do que nunca as filiadas à Condsef devem se organizar para dar seqüência ao rodízio aprovado no CDE (Conselho Deliberativo de Entidades).



O alerta é que a aprovação de limitadores de investimento público pode significar o congelamento de salários por, no mínimo, dez anos. O PLP 01 pode comprometer, inclusive, compromissos já firmados com os servidores públicos que têm reajustes escalonados até 2011. Para a Condsef, a intenção do governo em aprovar o projeto sinaliza uma disposição em romper acordos. Ficam ameaçadas também negociações futuras, incluindo os necessários reajustes nos benefícios pagos aos servidores do Executivo, alguns congelados há mais de dez anos. O trabalho de pressão feito pela Condsef, suas filiadas e a Central Única dos Trabalhadores desde 2007 vem sendo fundamental para

impedir a votação desses e outros projetos prejudiciais.

Além do PLP 01, tramitam no Congresso outros projetos que devem ser derrubados como o PLP 92 que propõe a criação de fundações estatais de direito privado. Outro projeto que o governo pretende aprovar é o que busca limitar o direito de greve dos servidores. A intenção é atrelar esta discussão à aprovação da Convenção 151 que busca regulamentar negociação coletiva no setor público. A Condsef defende a aprovação da convenção sem que ela seja atrelada à discussão sobre direito de greve. Para a Condsef, com o direito de negociação coletiva respeitado, muitas greves seriam evitadas.

(Fonte: Condsef)